A [1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu](#), nesta terça-feira (20/2), que o seguro-garantia do contribuinte nas execuções fiscais só pode ser liquidado pela Fazenda quando o processo tiver um resultado definitivo. E, de acordo com os especialistas na matéria consultados pela revista eletrônica Consultor Jurídico, esse julgamento trouxe muitos benefícios aos contribuintes.

A decisão representou uma mudança de posição da corte. Ela surgiu dois meses após o Congresso confirmar uma alteração na [Lei 14.689/2023](#) que proibiu a liquidação de garantias antes do trânsito em julgado.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Consultor Jurídico, em 23.02.2024